

Objectivo 1

Com a Reforma dos Fundos Estruturais iniciada em 1989, as verbas disponíveis para política regional na União Europeia aumentaram significativamente. Ao mesmo tempo, as prioridades na distribuição dos apoios passaram a ser definidas com base numa classificação das regiões mais desfavorecidas de acordo com uma tipologia de dificuldades. E assim surgiram as "regiões-objectivo": regiões cujo rendimento per capita fosse inferior a 75% da média comunitária (objectivo 1), regiões em declínio industrial (objectivo 2), regiões com graves problemas de desemprego (objectivo 3), regiões com problemas de adaptabilidade no mercado de trabalho (objectivo 4), regiões excessivamente dependentes da agricultura e pescas (objectivo 5). Entre estas, as regiões Objectivo 1, que representavam em 1999 cerca de 25% da população europeia, foram de longe as que mais fundos receberam. Entre 1994 e 1998, o peso da rubrica Objectivo 1 no total dos fundos comunitários foi da ordem dos 68%.

Na avaliação do sucesso da política, duas questões se colocam: Será que o maior empenho em matéria de coesão resultou numa aproximação mais rápida dos níveis de rendimento per capita dentro da União? Terão as regiões "objectivo 1" revelado uma maior velocidade de convergência quando comparadas com as outras regiões?

Relativamente à primeira questão, a resposta parece ser positiva. De acordo com informação estatística recente, o desvio padrão dos rendimentos per capita das regiões europeias, que apenas diminuía ligeiramente ao longo dos anos 80, apresentou durante os anos 90 uma tendência nítida no sentido da descida. Esse dado sugere que, devido ao maior esforço financeiro ou a qualquer outro factor, os anos 90 foram mais frutíferos em matéria de convergência regional do que a década anterior.

Para avaliar a segunda questão, representamos na Figura 1 a associação parcial entre o nível de rendimento per capita das regiões europeias em 1990 e o crescimento por elas atingido na década seguinte (1990-2001), associação essa obtida após expurgado o impacto diferencial das instituições nacionais (detalhes no artigo original).

O facto de a figura revelar uma relação negativa entre crescimento e nível de desenvolvimento inicial aponta para um movimento geral no sentido da aproximação. Se em média as regiões mais pobres cresceram mais depressa, então os anos 90 foram, de facto, anos de convergência regional na Europa.

No entanto, os mesmos dados não dão suporte à ideia de que a elegibilidade para o Objectivo 1 constitua uma vantagem adicional. Se a classificação da região como "Objectivo 1" tivesse resultado em crescimento incremental, a nuvem de pontos à esquerda do gráfico (que apanha as regiões "Objectivo 1") não deveria estar posicionada na continuação da nuvem da direita, mas claramente acima. Por outras palavras, não deveria existir uma única recta de regressão, mas sim duas, uma para o lado esquerdo do gráfico e outra para o lado direito. No entanto, os testes efectuados não validam essa hipótese. Não se detectou uma quebra da relação entre rendimento per capita inicial e crescimento subsequente, no nível de rendimento inicial correspondente a 75% da média comunitária. Isto sugere que a informação acerca da elegibilidade da região para o "Objectivo 1" não ajuda a prever o seu crescimento.

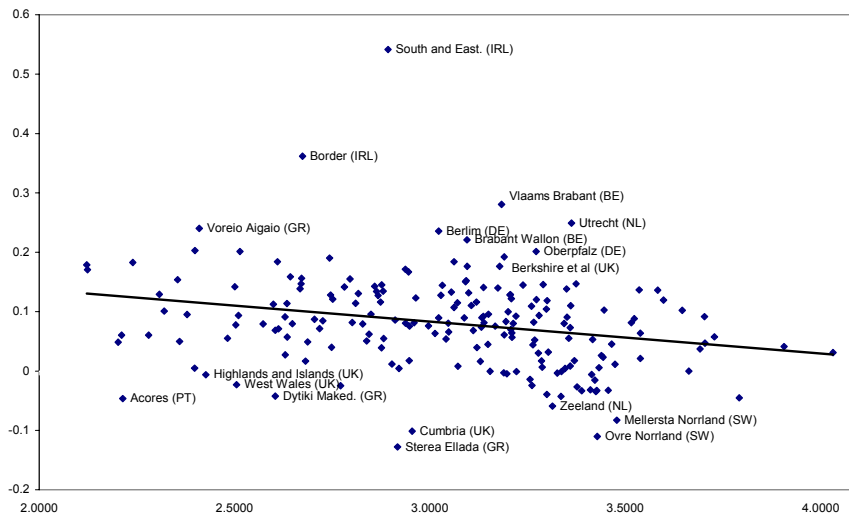
A posição de cada região na Figura 1 relativamente à recta de regressão proporciona, de certa forma, uma leitura sobre o seu desempenho relativo. Se a região estiver próxima da recta, isso significa que cresceu o que seria de esperar, dado o seu nível de desenvolvimento inicial. Se estiver acima, significa que cresceu mais. Se estiver abaixo, significa que cresceu menos do que seria esperado. Conforme se vê na figura, entre as regiões que maior desvio positivo revelaram (milagres), contam-se 4 regiões objectivo 1: as duas regiões irlandesas, Berlim e Voreio Aigaio. Entre as que maior desvio negativo revelaram contam-se 4 regiões objectivo 1: Highlands and Islands, Dytiki Makedonia, Açores e Sterea Ellada. Isto é, temos regiões Objectivo 1 tanto entre as que melhor desempenho revelaram como entre as que pior desempenho revelaram face ao que seria de esperar, dado o seu nível de rendimento inicial e qualidade das instituições nacionais.

Naturalmente, alguma cautela será necessária na interpretação destes dados, pois a qualidade da informação estatística de base é bastante questionável. Mas o facto de não se detectar uma relação estatística significativa entre elegibilidade para o Objectivo 1 e crescimento económico subsequente não deixa de ser interessante. O que os dados sugerem é que, tal como a posse de petróleo ou de diamantes não constitui uma vantagem inequívoca para um país, as ajudas comunitárias também não serão uma condição suficiente para o crescimento económico das regiões.

O facto de regiões que beneficiaram de quadros de apoio semelhantes terem revelado desempenhos económicos tão diferentes sugere que, mais importante do que a disponibilidade de fundos serão alguns factores específicos às regiões, como a qualidade dos seus recursos humanos, a qualidade das políticas económicas ou da administração pública. Esses atributos, não só determinam a maior ou menor capacidade de cada região em aproveitar o potencial de ajudas, mas também, em geral, a quantidade e a qualidade dos investimentos que as regiões conseguem atrair. Numa altura em que tanta gente lamenta o facto de Portugal não dispor hoje

de um quadro comunitário de apoio tão favorável como o anterior, estes dados de certa forma ajudam a relativizar a questão: *Its the governance, stupid!*

Figura 1: Associação parcial entre o VAB por indivíduo com idade para trabalhar em 1990 e o crescimento da mesma variável ao longo do período 1990-2001



Fonte: Freitas, M.L., Pereira, F. and Torres, F., *The Review of European Economic Policy*, 38 (5), September-October 2003.

Miguel Lebre de Freitas,

Semanário Económico, 15/10/2004